

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## DISCUTINDO GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Larissa Diana Barros Soares<sup>1</sup>Paloma Massette Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a representatividade de gênero, suas características e desenvolvimento. Divide-se em duas partes, abordando os conceitos de gênero, representação política e democracia na primeira parte e na segunda parte discorre acerca da representatividade feminina e a representatividade lgbtqia+, com enfoque no sistema político brasileiro, baseado em pesquisa bibliográfica, documental e dados estatísticos. É possível perceber a crise de sub-representação feminina nos espaços políticos, consoante o baixo número de mulheres eleitas nos últimos trinta anos, com crescimento lento, ainda assim diversas de políticas públicas direcionadas às mulheres foram alcançadas, demonstrando a relevância da representação política feminina. Em igual sentido, o movimento lgbtqia+ enfrentou fortes entraves ao reconhecimento dos seus direitos, com avanços pontuais a partir da década de 1990, mas a baixa representação política é um óbice à conquista de políticas públicas direcionadas às suas demandas.

**Palavras-chave:** 1. Gênero; 2. Representatividade; 3. Democracia.

### ABSTRACT

This paper aims to understand the gender representation, its characteristics and development. For this purpose, it is divided into two parts, addressing the concepts of gender, political representation and democracy in the first part, and in the second one it discusses female representation and lgbtqia+ representation, focusing on the Brazilian political system, based on bibliographical, documentary and statistic data research. It is possible to perceive the crisis of female under-representation in political spaces, according to the low number of women elected in the last thirty years, with slow growth yet several public policies aimed at women were achieved, demonstrating the relevance of female political representation. In the same sense, the lgbtqia+ movement faced strong obstacles to the recognition of its rights, with specific advances from the 1990s onwards, but the low political representation is an obstacle to the achievement of public policies aimed at its demands.

**Keywords:** 1. Gender; 2. Representativeness; 3. Democracy.

<sup>1</sup> UFMA, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, especialista em Direito Médico e Saúde, especialista em Direito Civil e Processo Civil, graduanda em medicina.

<sup>2</sup> UFMA, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, especialista em Direito Administrativo, bacharel em Direito, Superintendente SUMAPA.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO

## 1 INTRODUÇÃO

Representar traz o sentido de dar voz a uma coletividade, expressando seus anseios, problemas e possíveis melhorias. Na política, a representatividade de um determinado grupo expressa a busca pela garantia e concretização de direitos já previstos constitucionalmente, mediante, por exemplo, a elaboração de projetos de lei e criação de políticas públicas.

A representatividade de um grupo em um determinado espaço é essencial, pois faz parte da construção da própria identidade. A desconstrução de padrões heteronormativos é uma das funções da representatividade.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a representatividade feminina na política e seus desdobramentos. Para isso, abordaremos inicialmente conceitos essenciais, como a representação política e as diferentes concepções de gênero, oferecendo breves explicações sobre a relação entre representatividade e democracia, assim como as principais teorias de gênero. Em seguida, exploraremos a representatividade feminina e do movimento LGBTQIA+ na política, discorrendo sobre o feminismo, o movimento LGBTQIA+ e a sua inter-relação enquanto grupos minoritários, bem como a importância dessa representatividade política para alcançar a plena cidadania.”

## 2 GÊNERO, REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA

Na presente seção vamos explorar os conceitos de gênero, a partir de diversas perspectivas e em seguida abordaremos os conceitos de representatividade e democracia, situando a representatividade de gênero a partir dessas categorias.

### 2.1 Afinal, o que é gênero?

O termo gênero foi desenvolvido, a partir das teorias sociais, como um instrumento de diferenciação entre o sexo masculino e feminino. Em 1940 surgiram os primeiros estudos sobre o gênero, com as interpretações do ser mulher e

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



indagações sobre a origem e a manutenção da desigualdade entre o homem e a mulher, a partir dos estudos da autora Simone de Beauvoir, na obra “O segundo sexo”.

A questão da mulher, enquanto um segundo sexo, surge na percepção de subordinação ao homem que transformou a mulher, ao longo da história, como um “outro” na sociedade (BEAUVOIR, 2000). Essa primeira acepção é compreendida como central para análise do gênero, enquanto uma construção social, desvinculado da diferenciação do sexo.

Nessa perspectiva, Louro (2000) conceitua gênero como além de uma categoria que serve apenas para distinguir do conceito de sexo, mas, principalmente, como uma determinação de um poder historicamente enraizado que é baseado na necessidade e no desejo masculino e, por conseguinte, define as normas da sexualidade da mulher.

As instituições de poder fabricam identidade de gênero que se sustentam a partir das relações de desigualdade (LOURO, 2000). A divisão da sociedade entre homem/mulher é tão incisiva que os próprios sujeitos produzem inconscientemente identidades de gênero baseados em regramentos sociais. Contudo, o caráter biológico, apesar de não definir ou caracterizar o gênero, não é desvinculado de seu sentido. A afirmação de que o gênero é temporal, cultural e histórico, influenciado constantemente por regramentos sociais é verdade, mas não se desconsidera que esses regramentos incidem sob um corpo sexuado (LOURO, 2000).

Da mesma forma, Judith Butler (2006) afirma que gênero é uma forma de regulação social, com mecanismos próprios de regulação. O gênero não se apresenta como uma ordem naturalmente dada pela sociedade, pois as normas de gênero são construídas e impostas ao indivíduo de forma bastante categórica e muitas vezes de forma invisibilizada.

Além de desconstruir a argumentação da naturalização do gênero, Butler (2006), afirma a existência de uma linha tênue que separa sexo e gênero. A delimitação de gênero e sexo ocorre de forma tão sutil que estes se confundem.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O sexo, dessa forma, também se apresenta como um elemento construído, por meio de processos discursivos sustentados pela relação de poder, daí Butler (2003, p. 25) afirmar que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”.

Scott (1990) estuda o gênero de forma analítica e não descritiva. Para ela, há três formas descritivas, adotados pela teoria clássica, de observar o gênero, sendo estas: gênero como sinônimo de mulher, gênero enquanto relação homem e mulher e gênero enquanto corpo sexuado. O estudo sustentado nesses aspectos descritivos apresenta uma noção bastante restrita. Por isso, Scott (1990) critica esses enumerados descritivos, pois não apreende o gênero, enquanto elemento cultural, social e histórico.

O gênero também representa uma relação de poder que é hierarquizado na sociedade. Essa relação é percebida na própria questão da desigualdade entre o homem e a mulher, fomentada pelo patriarcado. Nesse sentido, há um desenvolvimento de um conceito de gênero mais analítico e mais próximo do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações construídas no campo das forças (SCOTT, 1990).

Essa naturalização expressa uma estratégia de poder altamente eficaz que cristaliza a identidade em um corpo aparentemente pré-discursivo e com isso cria a inteligibilidade de gênero a serviço do imperativo heterossexual (SOUSA, 2016). Assim, a percepção do gênero é a primeiro elemento a ser internalizado pelos indivíduos. O indivíduo mesmo antes de nascer, compulsoriamente, já é vinculado a uma série de padrões normativos do gênero.

Os estudos de gênero trouxeram novas perspectivas acerca do papel da mulher na sociedade, visto que o gênero passou a ser analisado de forma mais crítica e o seu conceito desvinculado de uma ordem biológica, sendo compreendido como um constructo social em constante mudança. Essa revolução ocorreu no intuito de dar maior conotação à mulher, enquanto sujeito social.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2.2 Representatividade e Democracia

A representação política encontra sentido na possibilidade de controlar o poder político oriundo daqueles que não podem exercê-lo pessoalmente. Para Norberto Bobbio, representação é um “mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle entre governados e governantes”. Tal definição parte da perspectiva da finalidade da representação (BOBBIO, 1995, p. 1.102).

O autor distingue três modelos de representação, quais sejam: a delegação, a representação como relação de confiança e a representatividade sociológica. Enquanto nos dois primeiros modelos o enfoque está no papel de cada representante, o modelo de representatividade sociológica centra-se sobre o efeito de conjunto, como um espelho, “um microcosmos que fielmente reproduz as características do corpo político” (BOBBIO, 1995, p. 1.102).

As características do corpo social a serem espelhadas no organismo representativo não estão restritas às características políticas e ideológicas, incluem também características socioeconômicas, profissionais, religiosas, culturais, étnicas e raciais, bem como as diferenças de sexo. Para Bobbio, “os sistemas eleitorais proporcionais foram um eficaz instrumento para realizar uma reprodução bastante fiel das primeiras características”, políticas e ideológicas.

Segundo Maria Paula Dallari Bucci (2013, p. 87), “a democracia implica o esmaecimento da separação entre governantes e governados”. A democracia tem como pressuposto a igualdade política, sendo o voto o seu mecanismo mais característico. É o voto que define a forma de transmissão do poder aos representantes. A democracia representativa contemporânea é sinônimo de governo democrático. Com o refinamento das regras políticas e das regras sobre regras, o sufrágio veio progressivamente se ampliando, consagrou-se a supremacia do Parlamento e da lei, o funcionamento do Poder Judiciário e os mecanismos de controle do poder pelo poder. O Estado democrático de direito passou a constituir padrão institucional reconhecido amplamente e referência para as sociedades políticas que ainda não lograram atingi-lo (BUCCI, 2013. p. 89).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Carl Schmitt (2007, p. 28), por sua vez, discute a legalidade e igualdade de chances na obtenção do poder, partindo da ideia de que toda democracia se fundamenta na uniformidade de seu povo, não existindo, na essência, nenhuma minoria ou uma pluralidade de minorias, pois todos desejam o mesmo. Não satisfeita a precondição da homogeneidade indivisível, passa a existir uma minoria derrotada por maioria de votos e “cessa então a identidade democrática de governantes e governados”. Dessa forma, a fim de não permitir que o sistema de legalidade pereça, é indispensável garantir a igualdade incondicional de chances. Segundo Schmitt, aquele que dispõe da maioria faz as leis vigentes, tal qual tornará vigentes as leis feitas por ele próprio. O poder conferido à maioria garante a esta a “produção e sanção da legalidade”, caracterizando um monopólio da legalidade (SCHMITT, 2007, p.32).

Para garantir a legalidade e igualdade de chances na obtenção do poder, foram desenvolvidos mecanismos de “proteção das minorias”. A representação proporcional, técnica aplicada em diversos países ocidentais (BONAVIDES, 1999, p. 250), é um sistema eleitoral que permite ao eleitor “sentir a força do voto”, visto que a vontade do eleitorado é representada proporcionalmente ao número de sufrágios. Tal sistema permite a representação de grupos de interesses e oferece um quadro político compatível com o pluralismo democrático.

A representação política está diretamente ligada à participação popular no exercício do poder. À medida que a participação popular cresce, os fins da atividade estatal se dirigem para o atendimento das demandas da população. Segundo Bonavides (1999, p. 277), cresce igualmente o prestígio do partido político, imprescindível à democracia em seu estado atual. O partido político é o poder institucionalizado das massas, canal através do qual “as correntes da opinião pública afluem da área da sociedade”, alcançando a esfera pública política.

Segundo Jürgen Habermas (2014), a esfera pública tem o dever de reforçar a pressão exercida pelos problemas, não podendo limitar-se a percebê-los, tendo por obrigação problematizá-los de modo eficaz para que sejam assumidos e elaborados

PROMOÇÃO



APOIO



pelo “complexo parlamentar”. Para Habermas (2014), as estruturas comunicacionais da esfera pública têm que ser mantidas intactas por uma sociedade de sujeitos privados, viva e atuante, devendo estabilizar-se por si mesma. O autor afirma que a pressão da opinião pública consegue forçar um modo extraordinário de elaboração de problemas, que favorece a regulação da circulação do poder através do Estado de direito.

De acordo com Habermas, o sistema político definido pelo Estado de direito se especializa na produção de decisões que envolvem a coletividade. Contudo, devido ao nexos interno que mantém o direito, a política é responsável por problemas que atingem a sociedade como um todo. Assim, a política, enquanto sistema de ação regulado pelo Estado de direito se liga à esfera pública, ficando na dependência das fontes do poder comunicativo que se apoia no mundo da vida.

### 3 GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Como vimos, representação política está diretamente ligada à participação popular no exercício do poder. A representação política orientada pela lógica da identidade vem conquistando seu espaço na contemporaneidade. Essa lógica é cada vez mais essencial para a adequada comunicação entre a esfera privada e esfera pública política.

#### 3.1 A Representatividade Feminina

Diretamente relacionado ao aperfeiçoamento e evolução da representação política legítima e identitária, está o movimento feminista. Como outros movimentos sociais, que nascem como resposta a uma insatisfação crescente alimentada pelas desigualdades sociais e exploração, o feminismo também buscava evidenciar a existência de formas de dominação social além da esfera das relações de produção, a dominação masculina.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Segundo Luis Felipe Miguel e Flavia Biroli (2014, p. 9), a crítica às desigualdades de gênero está ligada à crítica às fronteiras convencionais entre o público e o privado nas abordagens teóricas, na prática política e nas normas e instituições. Os autores entendem que a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada. A defesa por relações mais justas e democráticas na esfera privada conduziu à reflexão quanto aos papéis convencionais de gênero e a divisão do trabalho.

De acordo com Elisabeth Souza-Lobo (2021, p. 213), a história do movimento de mulheres não é linear e os seus primeiros passos foram em busca da sua emancipação enquanto cidadãs, o que envolveu a luta pelo voto, por igualdade na educação e igualdade civil. Posteriormente, o surgimento de um feminismo de classe, socialista, “tinha como eixo a participação política das mulheres trabalhadoras”.

A ideia de que o voto era a via de acesso aos espaços de tomada de decisão e que facilitariam a presença das mulheres e suas demandas se mostrou precipitada. As décadas seguintes à obtenção do sufrágio feminino mostraram que “era perfeitamente possível a convivência entre o direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 59).

É possível perceber que a conquista do sufrágio não garantiu condições igualitárias de ingresso das mulheres na seara política. O problema da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício do poder passou a ser uma prioridade na agenda feminista nas décadas finais do século XX. As ações do feminismo passaram a concentrar-se no terreno institucional, opção dominante da política feminista até os anos 1970, havendo, assim, uma “aceitação das estruturas políticas vigentes e a redução da aposta utópica em formas radicalmente novas de ação coletiva” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 60). Essa mudança coincide com o processo de redemocratização no Brasil.

Segundo Lemos (2021, p. 12), no Brasil, o movimento feminista amplia-se e diversifica-se, integrando partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias, dialogando com diversos setores da sociedade, conquistando, inclusive a aprovação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



pelo Congresso do fim da indissolubilidade do casamento, em 1977. Em 1978, o movimento de mulheres discute o papel a ser assumido no processo político durante as eleições, definindo uma pauta de atuação conjunta. O movimento passa a elaborar plataformas, exigências e reivindicações assumidas por candidatos que se comprometem publicamente a defender a causa da mulher. Foi a alternativa encontrada à época para driblar a sub-representação.

A forte mobilização dos movimentos feministas permite o surgimento dos primeiros conselhos estaduais e municipais da condição feminina, com o fim de planejar políticas públicas para as mulheres. À época, a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, foi uma enorme conquista do movimento feminista, que posteriormente também passou a contar com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, marcando a forte institucionalização do movimento (LEMOS, 2021, p. 13)

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, foi o responsável pela campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, encabeçado à época da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A campanha buscava sensibilizar a população brasileira acerca da importância da inserção da mulher no processo de formulação da Constituição Federal, para tanto, objetivava eleger ao menos 50 deputadas federais, segundo Lemos (p. 13). Ao final, foram eleitas 26 parlamentares de diversas tendências e origens, representando cerca de 5% do total de constituintes.

As mulheres constituintes, respaldadas pelo movimento, apresentaram propostas sobre diversos temas, pautadas pelos preceitos da Carta das Mulheres aos Constituintes. A atuação foi apelidada de “lobby do batom” e conseguiu que 80% das propostas sugeridas fossem aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte (LEMOS, 2021, p. 14). Esse alto índice de aprovação das propostas sugeridas pelas 26 parlamentares, apenas 5% do total de constituintes, demonstram a relevância da representação legítima e seu caráter de essencialidade.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Segundo Ferreira (2016, p. 20), “a igualdade, horizonte pelo qual as mulheres lutam desde tempos imemoriais, tem na política um espaço privilegiado para promover mudanças”. Para a autora, a sub-representação das mulheres nos espaços de decisão são um grande entrave às mudanças pelas quais os movimentos feministas e de mulheres vêm lutando há décadas.

Ao analisar a presença das mulheres em cargos representativos, Ferreira (2016, p. 20) aponta que em 1995 foram eleitas 34 mulheres para a Câmara Federal, cerca de 6,6%. Em 2011, a quantidade de mulheres eleitas deputadas federais passou para 51, o que representa um aumento de apenas 3,3% em 16 anos. Segundo dados do TSE (2021), em 2018 foram 77 mulheres eleitas deputadas federais, um total de 15%, aumento considerável em 8 anos, tomando por base o crescimento de cerca de 3% em 16 anos, mas ainda bem pequeno, diante do número de 436 vagas preenchidas pelo gênero masculino. No Senado Federal os números não destoam da baixa representatividade feminina, permanecendo com o percentual de 13% conquistado em 2010.

Importantes instrumentos vêm colaborando para esse crescimento um pouco mais significativo. Em 1997, a Lei nº 9.504 trouxe a previsão de reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais. Em 2009, a Lei nº 12.034 tornou obrigatória candidaturas femininas aos cargos proporcionais na quantidade mínima de 30%, posteriormente identificou-se que diversas candidaturas femininas eram lançadas apenas para preencher a cota, sem qualquer investimento nas candidatas. Contudo, a Resolução TSE nº 23.553/2017 (com alterações da Resolução nº 23.575/2018) determinou a aplicação mínima de 30% do total de recursos do Fundo Partidário no financiamento das campanhas das candidatas.

A baixa representação das mulheres nos poderes governamentais indica “uma forma de desigualdade incorporada no sistema político” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 65). No entanto, a maior presença feminina nos grupos de poder não eliminará a desigualdade de gênero, ou a concentração do poder político, mas tão somente tornará esses grupos decisores mais diversos, menos vazios no aspecto democrático

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

da representação política, porém, ainda distantes de corresponder ao corpo social feminino e seus interesses.

## 3.2 Representatividade LGBTQIA+

Os anseios por uma maior representatividade na política também são aspirados pelo movimento LGBTQIA+ representados pelos grupos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos, assexuais ou agênero e todas as pessoas não-cis, e que não se identificam como trans ou não binária, assim como outras orientações heteronormativas. Contudo, antes de explanar o assunto, faz-se necessária uma breve abordagem da evolução do movimento LGBTQIA+.

Com os estudos do gênero nos anos de 1940 e a incidência de movimentos em prol da liberdade sexual em 1960, na Europa e nos Estados Unidos, passou-se a discutir a sexualidade de forma mais acentuada no âmbito das ciências sociais. Nos anos de 1960, os termos “assumir-se” e “sair do armário” ganharam contexto e voz de diversas pessoas oprimidas pela sociedade que reprovava o comportamento “subversivo” dos grupos de homossexuais (SIMÕES, 2016).

Apesar da vigilância constante da ditadura militar no Brasil, na década de 1978 também foi dado início ao movimento, com alguns destaques como a criação do jornal lampião e do grupo somos de afirmação homossexual (SIMÕES, 2016). No campo da ciência, a teoria da sexualidade de Michael Foucault, com a obra História da sexualidade: a vontade de saber em 1976, trouxe à tona a discussão quanto a homossexualidade no campo social.

Para Foucault (2005) a sexualidade é um dispositivo histórico de poder, pois é regulada e controlada, a partir das instituições presentes socialmente, como a Igreja, família e o Estado. Desde o século XVIII, acreditava-se em uma verdade baseada na repressão dos desejos sexuais, visto que a sexualidade era reprimida para a manutenção da família tradicional. Esta premissa foi citada por Foucault (2005) como uma hipótese repressiva e a criticava veemente, pois, segundo o autor, a sexualidade nunca foi amplamente discutida, como nesse período histórico.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Esse discurso da sexualidade foi incentivado pelas instituições de poder, principalmente a Igreja Católica. Os indivíduos tinham que expor seus desejos e pensamentos sexuais, em confessionários, consultórios médicos e no âmbito familiar. A confissão, por exemplo, não mais se limitava a descrição de atos praticados em confronto com os preceitos religiosos, pois os sujeitos foram instigados a falar das práticas futuras, dos desejos e das relações sexuais.

Dessa forma, havia o controle e o policiamento das práticas sexuais, a partir da construção de normas reguladoras heterossexuais, descritas por Foucault (2005), como dispositivo histórico de poder. A regulamentação das práticas sexuais, por meio do discurso da sexualidade, ensejou a marginalização dos indivíduos que não se moldavam aos padrões da heterossexualidade. Os sujeitos desviantes eram considerados doentes mentais e internados em hospitais psiquiátricos ou eram considerados pervertidos e presos.

Judith Butler na obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” traz uma concepção de desconstrução do gênero e sexo, sem a rigidez de uma identidade definida. A teoria queer vem despatologizar os conflitos de gêneros e realizar a desvinculação da acepção de gênero e de sexo como uma ordem natural e biológica, uma vez que eles são construídos socialmente e influenciados reiteradamente pelas ordens da heterossexualidade. Portanto, o sujeito não é plenamente livre para escolher o sexo ou o gênero, pois há constantemente na sociedade modos de regular estes elementos, conforme as condutas heterossexuais. Com essa noção, Butler (2003) traz a perspectiva de fluidez do gênero e sexo, desvirtuando dos padrões articulados entre a homossexualidade/bissexualidade/heterossexualidade.

A importância da representatividade dos grupos minoritários na política se perfaz na busca pela garantia de direitos e, para o movimento LGBTQI+, o reconhecimento de diversidade sexual. De acordo com Simões (2016), além das discussões de gênero e sexualidade, a década de 1990 representou um expressivo impulso e crescimento da causa LGBTQI+ com a parceria com o Estado, no intuito de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



conter os casos de AIDS, crescente no país. Assim, houve um impulso nas campanhas para a busca por igualdade de direitos e pelo combate a violência e discriminação, com o reconhecimento legal do casamento civil e a criação das Paradas do Orgulho LGBTQIA+. Embora, nas últimas décadas, a bandeira LGTQIA+ tem ganhado força, a representatividade deste grupo na política ainda é pequena.

De acordo com Moreira (2016), nas eleições de 2014, apenas 93 candidatos, dentre 26 mil na disputa a eleição, incluíram na pauta de compromissos e reivindicações as causas relacionadas ao movimento LGTQIA+. Esse cenário demonstra a baixa representatividade deste grupo na política, refletindo na escassez de políticas públicas para a garantia de direitos. A representatividade na política dos grupos minoritários significa dar voz a essas pessoas, para alcançar uma verdadeira cidadania.

Para Moreira (2016), é preciso que o “sair do armário” se transforme em um ato político. Isso significa a afirmação social de pertencimento ou engajamento ao grupo LBTQIA+ expressa uma atitude política de reconhecimento de uma diversidade sexual. A negação da orientação sexual ou da identidade diversa dos padrões heteronormativos simboliza os obstáculos do movimento para uma representação consistente na sociedade.

## 4 CONCLUSÃO

Ao analisar o conceito de gênero é possível perceber que não se trata apenas de uma categoria para distinguir os sexos, mas que também está intrinsecamente relacionado às diversas construções sociais que legitimam o poder do masculino sobre o feminino. Construções que dividiram a sociedade de formas conscientes e inconscientes, oportunizando a dominação baseada na ficção de uma superioridade natural. Assim, os estudos de gênero marcam uma importante ruptura da perspectiva da identidade e papéis sociais baseados tão somente em uma ordem biológica.

Por sua vez, a compreensão do que é representação nos permite vislumbrar a necessidade de um corpo social devidamente espelhado no organismo representativo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



com base em suas características políticas e ideológicas, mas também socioeconômicas, culturais, éticas, gênero etc. Dessa forma, a representação política não pode separar-se dos pressupostos da democracia, posto que é o voto que define a quem é transmitido o poder de representar o corpo social.

Nesse sentido, é considerável a importância dos diversos “refinamentos das regras políticas”, pois a como visto, a obtenção do sufrágio não é o suficiente para garantir a participação igualitária nos grupos de poder, sendo, portanto, indispensável a garantia de igualdade de condições de alcançar a representação política. Sob pena da manutenção da representação vazia, baseada em números, mas sem necessariamente espelhar o corpo social. As questões de gênero, identidade e sexualidade ainda encontram diversos entraves em meio aos padrões sociais repressivos há muito assentados na esfera privada e na esfera pública. O poder político historicamente concentrado em figuras tradicionais, contribui para a manutenção da exclusão dos interesses das minorias nos espaços políticos.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 1999.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Maria Mary *et al.* **Direitos Iguais para Sujeitos de Direito: empoderamento de mulheres e combate à violência doméstica**. São Luís: EDUFMA, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. São Paulo, Graal, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LEMOS, Cleide de Oliveira. **Constituição, Mulher e Cidadania**. Estudos Legislativos: Senado, Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-constituicao-mulher-e-cidadania> Acessado em 07 de fevereiro de 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. 2 ed. – Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. E-book.

MOREIRA, Virginia Palmeira. **A política como espaço de estruturação de diferentes perspectivas: representatividade política LGBT nas Eleições de 2014 na Paraíba**. In: LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. **Gênero e política: a disputa das mulheres por espaços de poder – Campina Grande**: EDUFPG, 2016.

SCHMITT, Carl. **Legalidade e legitimidade**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. 132 p.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em [http://disciplina.stoausp.br/pluginfile.php/6393/mode\\_resource/contente/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplina.stoausp.br/pluginfile.php/6393/mode_resource/contente/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 11.03.2017.

SIMÕES, Julio Assis. **Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania**. In: [S.l: s.n.], 2016.

SOUSA, Tuanny Soeiro. **O nome que eu (não) sou: retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. E-book. 304 p.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas Eleitorais**. Brasil: TSE, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acessado em 08 de julho de 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

